

Entre Vistas e Olhares

Marlene Tamanini
fala aos
Cadernos de Gênero e Tecnologia¹

Os Cadernos de Gênero e Tecnologia tem a satisfação de compartilhar com nossos leitores esta conversa virtual que tivemos com a professora Marlene Tamanini. Marlene é professora da UFPR e tem desenvolvido pesquisas na área de gênero e reprodução humana.

Nas páginas que segue, Ela compartilha conosco a sua trajetória pessoal e profissional, algumas de suas realizações, bem como sua forma de pensar assuntos relacionados a temática de gênero e diversidade sexual.

Esperamos que seja uma leitura agradável e enriquecedora.

CGT – Olá Marlene, inicialmente gostaríamos de agradecer sua disponibilidade de nos atender para esta entrevista, mesmo que virtual. Para começar, gostaríamos que nos contasse um pouco sobre a sua trajetória pessoal e profissional.

CGT- Você possui uma longa experiência em trabalhos com pastorais e comunidades eclesiais de base, viajando por vários estados brasileiros com esses trabalhos. Nos conte um pouco dessa sua vivência. De que forma esses espaços contribuíram para a sua formação enquanto pesquisadora/militante de gênero? Pensando em uma perspectiva de gênero, qual é a importância desses espaços para as mulheres de comunidades carentes?

Marlene - Sim tenho longa experiência, mas em um contexto do passado e tudo isto mudou muito. Comecei a trabalhar com temas de gênero, ou com temas transversais a gênero em cursos de noivos, em contextos muito conservadores, na década de 80. À época também trabalhava com contracepção e com doenças sexualmente transmissíveis em cursos de saúde comunitária, (Diamantino, Rosário Oeste, Água Boa em Mato Grosso). Eram contextos de Igreja muito conservadores. Todavia, na mesma década também trabalhei com comunidades Eclesiais de Base, cujo contexto era da teologia da libertação e evidentemente, nestas atividades, o foco era formativo e organizativo. Este contexto, envolvia discussão de poder, cujos temas tocavam de perto a divisão sexual do trabalho, a participação das mulheres na liderança das comunidades, na saúde, na família, no trabalho, na renda e na igualdade entre homens e mulheres. Eram trabalhos exercidos em 150 comunidades na cidade de Jarú Rondonia, Diocese de Ji-paraná. A pastoral da mulher, (assim se chamava à época), era um trabalho baseado na igualdade de gênero. Também eram conteúdos para formação de mulheres que diziam respeito ao seu corpo, sua saúde e sua reprodução. Usavam-se materiais diversos, e se a memória não me falta, eram materiais também do SOS corpo e de outras entidades, não apenas os que produzíamos. Em SP no final dos 80, trabalhei com estes temas na pastoral

operária e na formação de grupos na favela Heliópolis. No curso de teologia estava preocupada com a teologia feminista. Coordenava este grupo no curso noturno e, igualmente, discutia temas de direitos a saúde sexual e reprodutiva com as Católicas pelo Direito de Decidir, (aborto era tema central). Nas releituras bíblicas que visavam recuperar a memória das mulheres e dos que eram à época chamados de oprimidos se recuperavam experiência de mulheres com o intuito de dar suporte emocional e ajuda à organização de mulheres. A releitura bíblica naquele contexto, se fazia a partir da recuperação da memória das mulheres e era considerada um caminho didático pedagógico para construir empoderamento e para reposicionar a epistemologia do próprio fazer teológico, pastoral e social. Tratava-se de fazer a história dos pobres, das comunidades pobres. Uma história que era recuperada quase sempre como a história das heroínas, ou de mulheres que foram esquecidas, ou da memória de mártires, ou de mulheres que haviam realizado escritos teológicos, mas que estavam invisibilizadas. Mais tarde, envolvida em outro contexto da CNBB Sul em Florianópolis, no estado de SC, voltei a trabalhar com temas de gênero, preservativos, direitos sexuais e reprodutivos, políticas de saúde, e a participação das mulheres nos Conselhos Estudais de Saúde. Esta foi a última experiência que fiz e que estava diretamente envolvida com pastorais sociais na Igreja Católica. Trabalhei por um pouco mais de 20 anos.

De que forma esses espaços contribuíram para a sua formação enquanto pesquisadora/militante de gênero?

Diria que estas experiências, nos contextos de sua prática, foram parte de uma sensibilidade ligada aos temas de gênero que fui consolidando em minha vida, desde o final dos anos 70. Na vida acadêmica, sempre me envolvi com pesquisas que tinham esta perspectiva, lia a respeito sempre que podia. No curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais na ESP/SP, nada havia com estes temas, nada a este respeito nos anos 80, mas o conteúdo chegava na teologia e, seguramente, por causa das teólogas. Aos poucos fui percebendo que o sujeito universal não servia para questões que eram históricas, relacionais e contextuais. Na especialização que fiz na USP em 84, também não se falava a respeito de relações de gênero, porém, no meu mestrado em 1995, trabalhei com emprego doméstico e diaristas. O tema encontrou acolhida no Programa de Sociologia e Política da UFSC com a professora Luzinete Simões Minella. Findo o mestrado, como professora de várias disciplinas na UNISUL e por 8 anos, sempre inseri conteúdos de gênero nos meus programas. No período da tese estava completamente focada nos conteúdos de gênero, eu já estava bem mais amadurecida sobre sua importância e sobre sua necessidade à formação dos estudantes, sabia que eram parte da construção da igualdade. Temas de gênero, perspectivas de gênero podem mudar a vida, podem mudar as representações, os preconceitos, fazem a diferença nas relações sociais.

Pensando em uma perspectiva de gênero, qual é a importância desses espaços para as mulheres de comunidades carentes?

Esses grupos por vezes, são os únicos existentes para mulheres carentes. São os espaços em que elas podem falar de si, criar formas de solidariedade, compartilhar informação, apoio e proteção. Estes aspectos não se vinculam ao desgastado discurso sobre mudanças do sistema capitalista. São aspectos de compartilhamento de vida, e por vezes, também de suportes econômicos, frequentemente, espaços de apoio mútuo e de solidariedade emocional.

CGT – Quais têm sido seus principais temas de pesquisa nos últimos anos?

Marlene -Meus temas tem sido trabalho e gênero em vários contextos, com foco sobretudo em cuidado. Tenho pesquisado e orientado sexualidade, saúde e violência. Temas como: cuidadoras, discursos médicos e amamentação, trabalho de diaristas e empresárias, economia solidária, prostituição, mulheres traficantes, tecnologias da reprodução humana, especialidades médicas. Saúde sexual e reprodutiva, com foco em tecnologias da reprodução: família, parentesco, direitos, saúde pública, políticas de população, sex shopping, assédio sexual na rua. Metodologias da pesquisa de perspectiva qualitativa tais como: estudos de gênero, teorias feministas, estudos queer, teorias lesbianas. Envolvem orientação, pesquisa, publicação e muito trabalho emocional. É um lugar comprometido e é preciso estar envolvida com esses temas.

CGT – Quais os desafios enfrentados nessa caminhada?

Marlene -Muitos. Por incrível que pareça o trabalho de desconstrução é diário, longo e interminável. Os temas do sujeito universal, sem relações gendrificadas, os conceitos funcionalistas sem comprometimento com a desconstrução das relações de poder, estão ai no dia a dia da vida acadêmica, são resistências e poderes intocados e reproduzidos. Gênero causa tanto medo para os campos de teoria, como causa medo para as pessoas bem estabelecidas em seus nichos teóricos, por isso, está sempre sob os dardos da crítica cega, ou dos processos de vitimização, ou da construção de deméritos. O medo gera resistências, fofocas, intrigas e o desprestígio sistemático do que se faz com tanto esforço e seriedade. As instituições, embora já tenham núcleos de pesquisa, linhas, e muitas disciplinas nesta área, seguem resistentes ao tema e isso aparece nas relações cotidianas, situadas nos departamentos, programas de pós, mas também no espaço informal e administrativo das instituições.

CGT – Na sua opinião, qual é a importância e os desafios de se discutir gênero no ambiente universitário?

Marlene -Observando a resistência aos conteúdos que ainda é presente, as posições fechadas de colegas que não reconhecem as teorias feministas em reuniões departamentais, nos currículos, as dificuldades que se tem em entender, aceitar e trabalhar com estes conteúdos. É de fundamental importância seguir visibilizando os temas, para mostrar os apagamentos, como diria Buttler, para inserir novas perspectivas, novas epistemologias as quais se recusa possibilidades. As pesquisas mostram aspectos muito diferentes quando a perspectiva de gênero é incluída. Revelam-se dinâmicas de relações que se objetivam se interiorizam e se exteriorizam de maneiras muito diferentes. É preciso seguir construindo princípios organizadores, marcando novas práticas materiais e institucionais; pensar os corpos diferentemente é parte de uma luta conceitual e filosófica diária. Mas também se faz necessário criar conteúdo nas resoluções, portarias, agendas administrativas para que se possa mudar a cultura institucional. Por exemplo: Manter e atualizar cadastros de pessoal, inserindo recortes de sexo, (cor e raça) como temas transversais, para recrutamento, seleção, capacitação, treinamento, ascensão funcional. Monitorar a segregação de gênero e por cor ou raça por área de conhecimento. Monitorar a ocupação de cargos equilibrando a decisão por sexo, cor ou raça. Sensibilizar e esclarecer as relações com conteúdo de equidade de gênero. Criar normativas sobre nome

social e outras situações pode ser um passo. Mas isto também é bem difícil. A normativa até sai, mas as reações contrárias não são poucas.

CGT – Você tem acolhido, junto ao programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR, mulheres e homens que buscam estudar gênero em múltiplos campos. Como você vê essa diversidade de temas que tem surgido nas dissertações e teses sob sua orientação?

Marlene -Vejo positivamente, acredito que este é um espaço fundamental para a formação e a sensibilização sobre temas, perspectivas de análise, e uma diversidade de assuntos que não entrariam na sociologia, se não viessem pelo caminho da orientação com pessoas que tem flexibilidade e preocupação interdisciplinar. Porém, é preciso mais pessoas fazendo isso. Fazer dessa maneira é cansativo e nem sempre é rentável como diálogo junto aos colegas e aos sistemas de avaliação. As condições da produção intelectual se renovam, os temas chegam a partir da realidade empírica, mas nem sempre se chega a bom êxito com as publicações, sobretudo em coautoria. Cada tema exige uma biblioteca diferente, é uma busca sem fim por textos, ideias, e publicar, sabemos, é o que conta no final. Quem orienta muito deveria poder publicar mais, porém sabemos que não é assim. O trabalho de orientação é imenso, diário, cotidiano e para chegar as sínteses se torna pesado, publicar junto com alunos também exige investimento. As pessoas também são de áreas muito diferentes, o que tem muitas particularidades na orientação. É um pouco desumano consigo mesmo, seguir fazendo isto nas condições atuais de trabalho e por longo tempo.

CGT – Sua tese versa sobre novas tecnologias reprodutivas conceptivas. Como você percebe a divisão (ou não) da responsabilidade sobre a reprodução entre homens e mulheres? Na sua percepção, a questão da maternidade continua sendo um destino obrigatório para as mulheres?

Marlene - As representações e as imagens diversas em reprodução assistida encontram-se disponíveis para múltiplos fins: para ilustrar tecnologias, informar sobre processos, corpos e células, propor soluções clínico/médicas aos quadros de infertilidade, gerar esperança, vender ideias e emocionar, além de servir para comparar possibilidades entre clínicas, países, profissionais, técnicas, materiais de cultivo em laboratório; para produzir saberes, traduzir conhecimentos, envolver os compradores, instituir significados, organizar sentimentos; e assim escrutinar e persuadir. Portanto, para dar impulso a narrativas de mundo, mais ou menos homogêneas, sobre maternidades, paternidades, famílias, filhos por meio da tecnologia e das biotecnologias. As informações são sobre o corpo e as células, mas fazem uma identidade composta com células, órgãos, embriões que são biológicas, tecnológicas, químicas, estéticas, midiáticas e envolvem sentimentos, tanto quanto políticas. Propõe-se um desejo de maternidade e como adendo a ele a paternidade, que pode ser o que é alienado de si e que corresponde ao abandono de uma posição de sujeito como capaz de escolher. Entretanto, no discurso das mulheres, no seu dia a dia, normalmente, não se põe de manifesto uma demanda por filhos tão monolítica quanto o é, no campo das novas tecnologias reprodutivas. Em sua experiência mais ampla, o desejo de maternidade, não ocupa um campo tão essencializado. As mulheres falam também de seu lugar co-criativo, organizam um lugar para seu corpo, casamento, para as perguntas dos outros e um intenso trabalho de imaginação na construção de suas subjetividades. Sabemos que a maternidade como escolha pertencente

ao campo da autonomia das decisões, da liberdade, do conhecimento e da ética de si das mulheres, ainda segue titubeante frente a atender a um processo de naturalização e essencialização ou a ser uma escolha como parte da autonomia das mulheres. Encarar a maternidade como parte do trabalho da sociedade, tanto cultural como simbólico, metafórico e afetivo, poderia contribuir para desconstruir a insistência sobre uma determinada constituição do ser feminino e de sua compleição. Essa instância poderia estar fora da essencialização de uma vida e ocupar um lugar nas escolhas, e dentre as possibilidades. Desse modo, a experiência com um corpo fora desse significado impositivo já não lembraria a dor, a depressão ou a “morte” social, que se traduz em ausência de reinserção social por falta da qualificação da mãe, pela ausência dos sinais externos referidos à gravidez, aos filhos, ou pela perda dos fetos e das redes de participação e reconhecimento social. No campo da reprodução assistida segue-se importante processo de essencialização da maternidade biológica. Para os médicos, o filho ainda é percebido, no contexto da representação sobre o instinto, como de base genética, portanto, considerado como uma relação vital desesperada, que busca perpetuar a espécie. Desta falta de referência as relações de contextos e historicamente datadas sobre a maternidade, demarca-se uma ordem de mundo que reproduz muitos processos de intervenção, mas com poucos questionamentos sobre a construção de outras possibilidades para a vida em família, mas sobretudo para o ser mulher. O modelo normativo segue sendo o heterossexual, ainda que já tenham entrado pessoas LGBTT nestes processos.

CGT – Na sua opinião, quais os desafios que se impõe as mulheres na sociedade atual?

Marlene - Muitos: Salário igual para trabalho igual. Não ser violentada por causa do seu corpo, inteligência, beleza e ideais. Poder estar nas diferentes esferas e espaços da sociedade, da política, da casa, da rua, em iguais condições de uso da palavra, do dinheiro, do conhecimento, do andar e do ir e vir. Ser ouvida sem ser tutelada, ou agredida. Superar a violência global, transnacional que as mantêm pobres. Acesso a saúde, educação e decisão sobre sua vida, sem sofrer violências, agressões, por causa disso.

CGT – Você acredita que caminhamos para a equidade de gênero? Quais os indícios que apontam para isso?

Marlene - Claro, as mulheres estão mudando a si mesmas e a vida de muitos. São maioria nos sistemas de ensino, estão no mercado de trabalho e tomam decisões sobre si mesmas em muitos espaços; ainda que com dificuldades. Tem mais autonomia, e sabem conviver com a complexidade da vida.

CGT – Quais são os desafios, bem como suas expectativas, para os próximos anos para os estudos de gênero?

Marlene - O primeiro deles é manter estes conteúdos nas universidades, nos institutos onde já entraram. Depois expandir, renovar e consolidar os grupos de pesquisa existentes e formar outros grupos. Abrir concursos e espaços para novos e mais profissionais. Manter os sistemas de publicação. Esta difícil manter o que temos, com esta onde conservadora atual. É preciso consolidar novas estratégias de ação.

CGT – Este número dos Cadernos de Gênero e Tecnologia é comemorativo aos 15 anos de GETEC. Você tem sido uma pessoa próxima ao núcleo com diversas participações em bancas, publicações em parceria, dentre outros momentos de aproximação. Como você vê o papel do GETEC no cenário nacional e internacional?

Marlene -Como um lugar e um espaço institucional vital para a difusão de novas perspectivas do atuar acadêmico e social. Sem este grupo muitas ideias e práticas de gendrificação da ciência e da tecnologia não teriam circulado. Tampouco, um lugar eminentemente tecnológico teria sido desnaturalizado em várias de suas interfaces. No mais, trata-se de um lugar que marca por sua relevância social e por sua contribuição à formação de profissionais com sensibilidade na perspectiva de gênero.

CGT – Muito obrigada pela disponibilidade e valorosa contribuição com os Cadernos de Gênero e Tecnologia e, conseqüentemente, para o campo de estudos de gênero e tecnologia.

NOTAS

¹ Entrevista realizada à distância via e-mail por Lindamir Salete Casagrande e Lucas Bueno de Freitas. Lindamir Salete Casagrande também foi responsável pela elaboração do preâmbulo. A entrevista ocorreu no ano de 2016.